# PROGRAMA DA ALIANÇA PELO BRASIL

**Introdução**

Há, na vida de uma Nação, momentos privilegiados, em que a vocação de um povo se descortina diante de seus olhos. Consciente de sua identidade, o povo inteiro se move, escolhendo seus próprios caminhos, na luta contra a injustiça e a tirania, para libertar-se do jugo da mentira por meio do conhecimento da verdade, cujo autor é Deus, que dotou todos os homens de direitos inalienáveis e fundamentais.

De fato, o povo brasileiro reencontrou sua própria voz e, com ela, bradou contra a opressão daqueles que, não satisfeitos em assaltar os cofres públicos, queriam até mesmo roubar-lhe a identidade e o espírito.

O primeiro sinal foi dado em 2005, quando o povo brasileiro disse não à indecente proposta dos donos do poder, que acenavam com a falsa promessa de uma "paz perpétua", desde que os brasileiros entregassem suas armas e assinassem um pacto suícida para a abdicação do seu direito à legítima defesa.

Infelizmente, a negativa popular foi ignorada pelo estamento burocrático, que impôs o controle das armas através da abdicação forçada, desrespeitando os anseios e a voz soberana do povo brasileiro. Por oito anos, o Brasil sofreu calado as chagas da criminalidade violenta, do narcotráfico e do crime organizado sem nem sequer poder se defender.

Homens e mulheres saíam de casa para trabalhar, com receio de não retornar, e as mães temiam pelas vidas de seus filhos, pois os assaltos, os sequestros, os estupros e o terror da incerteza e da dúvida de não mais ver quem mais amamos tornou-se parte do cotidiano de nosso país, que, à essa altura, ocupava os desonrosos postos de maior consumidor de drogas da América Latina e de recordista mundial em homicídios.

Felizmente, para tudo há um limite, mesmo para um povo lúdico, paciente e cordial, como o brasileiro.

Em 2013, o povo brasileiro, outra vez, disse "não" aos donos do poder. Desta vez, não o fez em um referendo convocado por burocratas e passível de ser ignorado, mas nas ruas, de onde bradou, ainda que sem muita clareza, que desejava tomar o destino da nação em suas próprias mãos e conduzi-la para as mudanças que tanto ansiava.

Era o início do fim da espiral do silêncio, por tanto tempo imposta aos brasileiros através das promessas vazias feitas pelos donos do poder: promessas de participação e de representatividade que jamais se concretizaram, sufocadas pelo jogo espúrio dos conchavos e das negociatas, diante do qual não havia qualquer espaço para a voz do Brasil real e profundo que, em 2013, finalmente reagiu, dando um basta aos desmandos da classe governante e exigindo mudanças abrangentes, estruturais e profundas.

Em 2014 e 2015, uma vez mais, o povo brasileiro levantou-se em defesa de seus filhos e de seus valores, dizendo “não” ao socialismo e aos corruptos que trabalhavam para implantá-lo no Brasil; denunciando aqueles que discreta e sub-repticiamente subvertiam, aviltavam e ultrajavam seus valores mais caros, em um testemunho firme e sonoro de sua rejeição a toda e qualquer ideologia que atente contra a vida, contra a dignidade humana, a ordem natural e as liberdades fundamentais.

Por isso, em 2016, através da incessante vigilância e de manifestações constantes, o povo brasileiro começou a expulsão do socialismo do poder, garantindo as condições sociais e políticas para a queda e punição de seus representantes mais corruptos, bem como para a contenção do projeto totalitário, encampado pelo Foro de São Paulo, de reconstruir na América Latina o que havia sido derrotado na União Soviética.

Em nome desse projeto de poder revolucionário, muitos males foram causados aos brasileiros, com a cumplicidade das oligarquias e do estamento burocrático. Por isso, enganava-se quem acreditava que a exigência do brasileiro era apenas a queda deste ou daquele corrupto. O povo exigia e exige muito mais: tomar as rédeas de seu destino soberanamente em suas mãos.

Por isso, mais do que a derrubada de um corrupto e a prisão de muitos outros, quis o povo restaurar as bases de um poder exercido em concordância com os valores e os anseios nacionais.

Em 2018, o povo deu o norte da nova representação política que buscou ao sair às ruas, baseada na verdade, na sinceridade e na conservação dos valores fundamentais da alma brasileira.

Agora, em 2019, um novo passo precisa ser dado: o da criação de um partido político que dê voz ao povo brasileiro, que garanta a ele efetiva representatividade e que esteja em consonância com os anseios populares; um partido político conservador, comprometido com a liberdade e com a ordem, e que possa servir ao povo brasileiro como um instrumento seguro para a repercussão de sua voz, para a sua plena representação e para a realização de sua vocação, em harmonia com as tradições históricas, morais e culturais da nação brasileira; um partido político soberanista, comprometido com a auto-determinação, e não com os objetivos e com as falsas promessas do globalismo.

Convicta disso, porque é o caminho que a Providência Divina vem, sucessivamente, atestando e que o povo, repetidamente, aponta, a Aliança pelo Brasil apresenta o seu programa sobre as seguintes bases e objetivos:

## 1. Respeito a Deus e à religião

Em primeiro lugar, a Aliança pelo Brasil reconhece o lugar de Deus na vida, na história e na alma do povo brasileiro, que é um povo religioso e solidamente educado nas bases do Cristianismo, em suas variadas vertentes e expressões.

Contra fatos, não há argumentos: o primeiro ato oficial celebrado em terras brasileiras foi uma Missa; o primeiro nome que nos foi atribuído, Terra de Santa Cruz; o primeiro processo de nossa alfabetização primária esteve a cargo de ordens religiosas; até hoje, são as devoções e os cultos populares que, em todas as regiões, dão vida, forma e cor ao povo brasileiro.

A relação entre esta Nação e Cristo é intrínseca, fundante e inseparável.

Por esse motivo, o partido toma como seus os valores fundantes do Evangelho e da Civilização Ocidental, herdeira do virtuoso encontro entre as cidades de Jerusalém, de Atenas e de Roma, ciente de que o povo brasileiro acredita que Deus é o garantidor do verdadeiro desenvolvimento humano, pois a dignidade da pessoa humana advém do fato de todos os concidadãos brasileiros serem filhos de Deus, dotados por Ele de direitos inalienáveis.

O partido reconhece especialmente os valores objetivos da verdade, da justiça, da liberdade responsável e da lei natural como norteadores de sua ação pública. Além disso, compromete-se a defender a liberdade de expressão religiosa, resguardada a justa ordem pública, e a combater qualquer forma de discriminação, hostilidade e menosprezo à religião, especialmente na vida pública.

De fato, jamais a laicidade do Estado significou ateísmo obrigatório – como ocorre nos regimes totalitários que perseguem a religião. A laicidade não revoga a História da formação de um povo, nem se confunde com ódio à religião. Essa interpretação, aliás, é exatamente um dos muitos sintomas do que foi apresentado na introdução: subversão, aviltamento e ultraje dos valores mais caros ao povo.

Ao contrário, reconhecendo a justa autonomia da ordem política e da ordem religiosa, que a precede, o partido propõe o desenvolvimento de uma sadia cooperação entre essas duas esferas, para o bem comum, mesmo porque o povo é majoritariamente religioso e não pratica exclusão de Deus de suas vidas – logo, não devem fazê-lo seus representantes.

**2. Respeito à memória, à identidade e à cultura do povo brasileiro**

O partido compreende que uma aliança é um elo de lealdade e fidelidade por amor. Por isso, reconhece como seus predecessores todos aqueles que amaram e lutaram pelo Brasil, em todas as épocas, desde a sua fundação, e aqueles que ainda lutarão pela conservação e pelo crescimento deste país: são aliados os patriotas do passado, do presente e do futuro, unidos por um vínculo moral e de lealdade à pátria.

Por esse motivo, a Aliança pelo Brasil prestará plena adesão à herança cultural de nossa Nação e buscará conservar as marcas fundantes da alma brasileira, bases que garantiram a coesão de nosso grande território e a possibilidade de que todos os brasileiros, das mais diversas regiões e de diferentes costumes, pudessem se ver como irmãos de sangue e de pátria: a unidade de tradição, de língua e de cultura.

O partido se compromete a lutar, na cultura, pela restauração dos valores tradicionais do Brasil, consolidados no pensamento e na vida de grandes homens e mulheres do passado, heróicos exemplares da virtude e do vigor brasileiros, cuja lista seria impossível conter aqui, os quais podem, com razão, ser chamados de fundadores e formadores do Brasil.

A restauração da cultura envolve, ainda, o reconhecimento a tudo que de bom herdamos de outras nações, a exemplo das tradições lusitanas e hispânicas, do Direito Romano, da filosofia grega, da moral judaico-cristã, e ainda aquilo que o Brasil pode aprender, no presente, com outros povos, com adaptação à nossa realidade e aos nossos valores – pois, como diz São Paulo: "examinai todas as coisas, ficai com o que é bom" (I Tessalonicenses 5,21).

A Aliança pelo Brasil também se compromete com a conservação e a restauração da língua portuguesa como um dos pilares de sustentação de nossa nação e se esforçará pela defesa de sua integridade e pela oposição a qualquer iniciativa que vise à sua desfiguração.

Mas a memória é também dos erros, cuja compreensão deve fortalecer-nos para que novos ou piores equívocos não sejam cometidos no futuro. Por isso, o partido se esforçará por divulgar a verdade sobre os males e os crimes das várias faces do movimento revolucionário, como o socialismo, o comunismo, o nazifascismo e o globalismo, ideologias nefastas que tanto mal causaram e ainda causam ao Brasil, à América Latina e a todo o mundo. Para isso, o partido buscará também estabelecer relações de cunho político com entidades e partidos conservadores similares em outros países que venceram o comunismo (tais como os países do Leste Europeu) e que enfrentam o globalismo (a exemplo dos EUA, do Reino Unido, da Itália, da Polônia, da

Hungria, de Israel, dentre inúmeros outros notáveis exemplos), para enriquecer-se por meio da troca de ideias e experiências.

**3. Defesa da vida, da legítima defesa, da família e da infância**

O partido está convicto de que nenhum progresso será obtido sem a defesa da vida humana, desde a concepção.

A vida é o primeiro dos direitos: sem vida, não há mais o que defender, pois a morte já terá encerrado a possibilidade de qualquer outro direito.

Por esse motivo, a Aliança pelo Brasil repudia o aborto sob todas as suas formas e lutará contra qualquer iniciativa de promoção do aborto e da cultura da morte em nosso país, ciente de que não há ofensa mais odiosa contra a liberdade de uma pessoa do que os mais fortes privarem os indefesos do direito de nascer, de se desenvolver e de buscar a própria felicidade.

Além disso, o aborto é uma traição social, pois todos que o defendem já nasceram e só o fazem porque eles próprios não foram abortados, havendo repugnante deslealdade na negativa do mesmo direito às futuras gerações.

Onde o aborto penetra, ocorre a destruição de todo o edifício moral e jurídico sustentador do Estado: o assassinato deliberado de uma criança inocente e indefesa é a inversão absoluta da ordem, pois o valor da vida é relativizado e os mais frágeis se tornam os mais violentados, ao invés dos mais protegidos.

Por isso, todas as propostas do partido relacionadas à saúde e ao bem-estar do povo brasileiro deverão ter como norte a defesa da vida humana em todas as suas fases, pois não existe verdadeira saúde onde a morte é política pública.

A Aliança pelo Brasil defenderá também o valor da maternidade como um dos fundamentos da sociedade, esforçando-se para combater qualquer iniciativa de desconstrução desse valor (sob o pretexto de "direitos sexuais e reprodutivos" ou outro) e para que todas as mulheres gestantes e mães possam ter condições dignas de vida, de gestação e de criação de seus filhos.

Outrossim, o partido se compromete a lutar incansavelmente até que todos os brasileiros possam ter plenamente garantido seu direito inalienável de possuir e portar armas, para sua defesa e a dos seus, bem como de sua propriedade e de sua liberdade. O partido entende que a legítima defesa é um direito fundamental de todos os brasileiros e que sua negativa é uma violação dos direitos naturais da pessoa humana.

A Aliança pelo Brasil se compromete também com a defesa da família como núcleo natural e fundamental da sociedade e defenderá sempre o direito do homem e da mulher de contraírem casamento e de constituírem uma família. Defenderá, ainda, o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação que esteja de acordo com suas próprias convicções, inclusive o reconhecimento do direito hoje já existente de lhes educar em casa, se assim o desejarem.

A proteção à infância e à inocência das crianças brasileiras será um dos objetivos principais da Aliança pelo Brasil, pois, sem que estas futuras gerações sejam protegidas, o país estará fadado ao fracasso e nossa aliança intergeracional pela pátria estará comprometida: o partido combaterá a pedofilia e o tráfico de crianças, lutando por penas e mecanismos punitivos mais severos para esses graves crimes; combaterá, ainda, a erotização da infância e a ideologia de gênero, lutando para banir completamente essa chaga ideológica de nosso país.

As propostas de educação do partido serão primordialmente voltadas para o desenvolvimento integral do homem, considerando seu progresso moral, cultural e material, com o objetivo de propagar e de difundir a herança cultural brasileira e ocidental, de manter a

integridade da língua portuguesa e de gerar pessoas realmente educadas (de ex ducere, "conduzir para fora"), isto é, retiradas da mediocridade de uma vida sem cultura para uma visão mais ampla e profunda da realidade, com capacidade de ler, de escrever e de dialogar com as gerações passadas, presentes e futuras sobre os problemas do mundo real, sobre as questões últimas e também sobre a produção de bens de valor para seu sustento e para a utilidade do próximo.

É propósito da Aliança pelo Brasil retirar o país dos graves índices de analfabetismo gerados por métodos pedagógicos fracassados, dentre os quais o de Paulo Freire, e garantir a liberdade curricular e de ensino, bem como a pluralidade das abordagens pedagógicas.

### 4. Garantia da ordem, da representação política e da segurança

Nenhum país poderá se dizer próspero e fundado sobre a justiça enquanto bandidos estejam no poder – munidos de armas ou de canetas.

Por isso, a Aliança pelo Brasil presta seu compromisso com a garantia da ordem: não apenas a ordem pública e social, mas também a ordem moral e jurídica.

Para garantia da ordem moral, o partido se esforçará, como dito, pela conservação dos valores cristãos, da memória e da cultura brasileira, heranças comuns do povo.

Para a garantia da ordem jurídica, o partido se empenhará para criar um ambiente de segurança jurídica no Brasil, essencial para qualquer desenvolvimento integral. Não será possível o crescimento dos brasileiros se não lhes forem garantidas, pelo Estado, a segurança de seus contratos, a previsibilidade das ações do Poder Público, sem surpresas ou mudanças bruscas que afetem situações já constituídas através de atos jurídicos perfeitos ou coisa julgada, e a simplicidade e a clareza das normas que pesam sobre o cidadão, em especial o cidadão empreendedor, gerador de empregos, e o cidadão pagador de impostos, que carrega o custo do Estado nas costas.

É imprescindível, aliás, o combate ao chamado "ativismo judicial", fenômeno de usurpação do poder legislativo, e de violação à separação dos poderes, por meio do qual é desrespeitada a legítima vontade popular exercitada diretamente ou por meio de seus representantes eleitos, inclusive, através de seus silêncios, quando o povo ou seus representantes decidem não legislar sobre algo ou rejeitar proposta legislativa sobre algum tema.

O partido se esforçará, portanto, para combater o "ativismo judicial", buscando mecanismos de restabelecimento da autoridade dos Poderes usurpados frente a qualquer iniciativa nesse sentido, a exemplo de mecanismos de suspensão de atos judiciais que invadam competências legislativas.

De outra sorte, a ordem jurídica exige o controle da burocracia estatal, seja ela executiva, legislativa ou judiciária. O partido apoiará iniciativas de diminuição da burocracia e medidas para a extinção de órgãos burocráticos, conselhos, comitês grupos de trabalho, comissões ou coletivos que realizem regulação e controle de matérias importantes sem o necessário debate democrático e legislativo, de forma a diminuir o poder excessivo que hoje possuem os burocratas não-eleitos, devolvendo esse poder ao povo, seu titular, que o exerce diretamente ou através de seus representantes.

Sem a garantia efetiva e real da representação popular, uma das principais demandas do povo brasileiro desde as manifestações de junho de 2013 não estará sendo atendida. Por esse motivo, colocar os burocratas anônimos e não-eleitos sob o controle popular, através de mecanismos de transparência e de accountability, além da redução de seus poderes (especialmente para questões propriamente legislativas, mais graves e importantes para a vida da população) são medidas de urgência democrática.

Afinal, um dos requisitos para legitimidade de qualquer poder é sua limitação.

Por fim, em relação à ordem pública e social, a Aliança pelo Brasil compromete-se com defesa plena da integridade territorial brasileira, especialmente da Amazônia. O partido empenhar-se-á pela defesa das forças militares e policiais e buscará meios para garantir-lhes melhores condições de trabalho, de remuneração e de segurança física, financeira e jurídica para si e para suas famílias. O Brasil possui um grande débito com as forças militares e policiais, pessoas que arriscam suas vidas e também a de suas famílias para que todos os outros brasileiros possam ter segurança. O partido se esforçará, dentro de suas possibilidades, para que esse débito seja pago: que os soldados ativos possam exercer com efetividade o seu trabalho (juridicamente assegurados), que os veteranos possam ter tranquilidade na reserva e que aqueles que tombarem na batalha sejam devidamente reconhecidos e honrados.

O partido se compromete com o combate ao crime e à impunidade e buscará restaurar a hierarquia tradicional de finalidades na pena: primeiro e principalmente, a reparação pelo mal praticado; em seguida, a prevenção de crimes futuros, do apenado e dos outros membros da sociedade, que vêem o exemplo; terceiro, a regeneração do apenado. A inversão da noção clássica de pena, efetivada pela ideologia do garantismo, está na raiz do problema da impunidade no Brasil e precisa ser combatida.

Atenção primordial será dada, pelo partido, ao combate aos crimes de corrupção, de narcotráfico e de terrorismo, especialmente porque, no Brasil, esses três crimes desenvolveram-se intrinsecamente ligados, seja pelo fato de que a corrupção dos governos socialistas no Brasil sustentou narcoditaduras no exterior, seja porque essas narcoditaduras serviram de caminho para organizações terroristas, seja porque o narcotráfico brasileiro, favorecido pela corrupção, pela revolução cultural e pelo garantismo socialista, adota, ele próprio, feições e métodos do terrorismo.

O partido se esforçará para investigar e esclarecer ao povo brasileiro essas relações espúrias e ainda ocultas, em sua maior parte, mas que levaram tantos cidadãos à morte de forma prematura.

## 5. Defesa do livre mercado, da propriedade privada e do trabalho

A Aliança pelo Brasil repudia o socialismo e o comunismo, em todas as suas vertentes, e se empenhará para que sejam reduzidos e, quando possível eliminados, os controles e as interferências estatais sobre a economia, através de mecanismos burocráticos, tributários ou regulatórios.

O partido promoverá a proteção da livre iniciativa e do livre exercício da atividade econômica e defenderá o papel fundamental e positivo da empresa, do livre mercado, da propriedade privada e da consequente responsabilidade dos meios de produção e da livre criatividade humana no setor da economia. Reconhece, ainda, o lugar das famílias e dos pequenos empreendedores como produtores de riqueza, de acordo com o princípio da subsidiariedade.

Por esse motivo, o partido defende que a propriedade privada é um valor fundamental e um direito inalienável do homem, tanto quanto a liberdade de dispor dela livremente, com honestidade e responsabilidade. O partido repudia a luta de classes, geralmente oculta e inoculada sob uma interpretação torpe e falsa da expressão “função social da propriedade”, e as tentativas de coletivização da propriedade, que ignoram o direito natural de cada um ao que é seu.

A Aliança pelo Brasil reconhece a liberdade de ação econômica como valor fundante e afirma que o controle da produção de riqueza é o controle da própria existência humana.

Por isso, o partido é contra qualquer perspectiva de planificação da economia, especialmente através da burocracia, reconhecendo que a liberdade de ação econômica, junto com o direito de escolher, acarreta os riscos e as responsabilidades inerentes a esse direito.

Devido a isso, o partido afirma também que, ainda que economia e moral tenham princípios próprios, a ordem econômica e a ordem moral não estão totalmente distanciadas, nem são totalmente alheias: as leis da economia dizem os fins que podem ser atingidos e quais os meios para alcançá-los, mas a licitude desses fins e desses meios deve considerar a lisura e a honestidade com que praticados os atos econômicos e, ainda, os fins maiores do homem, isto é, o progresso moral e cultural, para os quais o progresso material é auxílio e sustento físico.

A Aliança pelo Brasil entende que a liberdade econômica não se contrapõe à existência da moral, mesmo porque apenas um povo moral é capaz de agir decentemente em suas relações comerciais, com honestidade, boa-fé e confiança.

Repudiando a luta de classes, o partido também prega a restauração do valor do trabalho como fonte única da riqueza nacional. É o trabalho que dignifica o homem: nunca um país se ergueu da miséria e da pobreza a uma fortuna melhor e mais elevada sem a colaboração de todos os cidadãos pelo seu trabalho, através de sua direção ou execução. O trabalho efetiva a criatividade do homem, pelo qual participa da Criação divina. Restaurar o valor do trabalho e, consequentemente, das condições dignas de trabalhar, com remuneração justa e adequada ao êxito do ofício, é uma bandeira essencialmente conservadora, que deve ser recuperada.

**Conclusão**

A Aliança pelo Brasil está convicta de que, com base nesses princípios, conseguirá capitanear um projeto de restauração nacional, que elevará o Brasil no contexto das nações e recuperará o orgulho do povo brasileiro pelo seu país, devolvendo-lhe o poder sobre os seus representantes e gerando uma nação próspera, consciente de si mesma, resolvida com sua identidade, atenta à sua herança, à sua memória e aos seus valores fundamentais, pronta para enfrentar o futuro grandioso para o qual foi chamada.